


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000680-21.2018.8.26.0233 - Controle nº: 2018/001192.**  
 Classe - Assunto **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Edson Vicente Ribeiro e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

**Edson Vicente Ribeiro, Maria Inês Ribeiro Massuqui, Gerson Ribeiro, Lourdes de Mercia Ribeiro Mendes, Joana D Arc Ribeiro Canova, Eulalia Lúcia Ribeiro Germano, Natalina Ordiva Ribeiro Ziemath e Odagmar Ribeiro** requerem a expedição de alvará objetivando o levantamento de resíduos de benefício previdenciário recebido por **Onézio Ribeiro**, falecido no dia 17 de maio de 2018, conforme certidão de óbito de fls. 15.

Foi apresentada certidão de inexistência de dependentes cadastrados junto ao INSS (fls. 19), bem como as certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais em nome do falecido (fls. 16/18).

**Esse é o relatório.****Decido.**O pedido é **procedente**.

O artigo 112, da Lei nº 8.213/91, disciplina que o pagamento dos valores não recebidos em vida pelo segurado será pago aos dependentes habilitados ou, na falta deles, aos sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento.

Os elementos de convicção carreados aos autos me permitem concluir que não existe óbice ao acolhimento do pedido, uma vez que não há dependentes habilitados à pensão por morte e o pedido foi formulado pelos herdeiros.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e **DEFIRO** a expedição de alvará judicial conforme requerido, **com prazo de 30 dias**. Por consequência, **JULGO EXTINTO** o presente feito, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Registro que o(s) beneficiário(s) do alvará ficará(ão) responsável(is) por eventuais dívidas do espólio até o limite do valor do objeto deste pedido.

Não são devidas custas em razão da gratuidade processual.

Com o trânsito em julgado, expeça-se o alvará.

Desde já registro que, na hipótese dos autos, o deferimento do pedido independe de prévio procedimento de apuração de ITCMD.

Oportunamente, expeça certidão de honorários e archive os autos.

P..I.

Ibate, 25 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**